

**BREVES EXPLANAÇÕES DAS IDEIAS DE PODER E GOVERNO PARA OS
FILÓSOFOS: UMA ANÁLISE NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**

*BRIEF EXPLANATIONS OF POWER AND GOVERNANCE IDEAS FOR THE
PHILOSOPHERS: AN ANALYSIS IN PUBLIC INSTITUTIONS*

*Heloise Siqueira Garcia**
*Fábio Bittencourt Garcia***

Resumo: O presente artigo científico possui como tema principal a análise do conceito de poder e de governo embasada nas definições de seis filósofos segundo, para eles, as formas de exercício de poder. Seu objetivo geral é compreender o que tais filósofos explanavam acerca das ideias de poder, governo e governantes ideais. Busca-se, além da compreensão de tal tema, fazer uma análise crítica reflexiva em cima destas concepções e entendimentos com base nas instituições públicas atuais, dando-se especial enfoque ao Poder Executivo. Para melhor compreensão do trabalho, a pesquisa foi dividida na seguinte forma: as ideias filosóficas de poder e governo; e análise crítica de poder e governo nas instituições públicas atuais. Na metodologia foi utilizado o método indutivo na fase de investigação; na fase de tratamento de dados o método cartesiano e no relatório da pesquisa foi empregada a base indutiva. Foram ainda acionadas as técnicas do referente, da categoria, dos conceitos operacionais, da pesquisa bibliográfica e do fichamento.

Palavras-chave: Filosofia. Governo. Instituições Públicas. Poder.

Abstract: This research paper has as its main theme the analysis of the concept of power and governance grounded in the definitions of six seconds philosophers, for them, the ways of exercising power. Its overall goal is to understand what these philosophers explain about the power of ideas, ideals and government officials. One aim, beyond the comprehension of such a theme, make a reflective critical analysis upon these

* Mestranda do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica – PPCJ – UNIVALI. Mestranda do Máster en Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad da Universidad de Alicante – Espanha. Bolsista no Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares – PROSUP – CAPES. Graduada em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Advogada. E-mail: helo_sg@hotmail.com.

** Mestrando do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica – PPCJ – UNIVALI. Especialista em Direito Civil e Direito Processual Civil. Graduado em Direito e Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí. Atualmente é professor na Universidade do Vale do Itajaí e trabalha na contabilidade do Fórum da Comarca de Balneário Camboriú. Tem experiência na área de Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito Civil, Direito Previdenciário, Direito do Trabalho, Direito Empresarial, Direito Processual Civil e Teoria Geral do Direito. E-mail: fabio.garcia@univali.br.

conceptions and understandings based on current public institutions, with particular focus on the executive branch. For better understanding of the work, the research was divided in the following way: the philosophical ideas of power and government; and critical analysis of power in the current government and public institutions. Methodology was used in the inductive method in the research phase; in the phase of data processing and the Cartesian method in the research report was employed inductive base. Were still driven techniques of the referent, category, operational concepts, and literature book report.

Keywords: Philosophy. Government. Public Institutions. Power.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz como tema principal a análise do conceito de poder e de governo embasada nas definições de seis filósofos segundo, para eles, as formas de exercício de poder. Seriam eles: Sófocles, Platão, Aristóteles, Hobbes, Montesquieu e Kant.

O seu objetivo é compreender o que tais filósofos explanavam acerca das ideias de poder, governo e governantes ideais. Busca-se, além da compreensão de tal tema, fazer uma análise crítica reflexiva em cima destas concepções e entendimentos com base nas instituições públicas atuais, dando-se especial enfoque ao Poder Executivo.

O tema se faz importante, pois diz respeito a todos que vivem em uma sociedade politicamente organizada e que dela tiram um governante, que será responsável por sua manutenção. É de extrema importância, então, o estudo, a análise e a crítica feitos sobre o poder e como ele é exercido pelo governante de um povo.

Para um melhor desenvolvimento e compreensão da pesquisa, a mesma foi dividida em duas partes. A primeira procura resgatar e demonstrar o conhecimento apreendido de algumas obras dos filósofos supra citados, quais sejam: Política, de Aristóteles; Leviatã, de Hobbes; Ideia da história universal de um ponto de vista cosmopolita, de Kant; Do espírito das leis, de Montesquieu; a República, de Platão; e Édipo Rei e Antígona, de Sófocles; sendo que para melhor organização foi subdividida em seis subpartes, correspondentes a cada um dos filósofos.

Na segunda parte buscou-se realizar uma análise crítica que envolvesse o conhecimento filosófico apreendido e a realidade atualmente encontrada nas instituições públicas.

Na metodologia foi utilizado o método indutivo na fase de investigação; na fase de tratamento de dados o método cartesiano e no relatório da pesquisa foi empregada a base indutiva. Foram ainda acionadas as técnicas do referente, da categoria, dos conceitos operacionais, da pesquisa bibliográfica e do fichamento.

2 AS IDÉIAS FILOSÓFICAS DE PODER E GOVERNO

Não há como começar uma análise de poder e governo nos tempos atuais sem remeter-se ao mundo filosófico, na realidade não há matéria ou discussão que não enseje uma abordagem filosófica, considerando toda a influência desta no desenvolvimento de todo o saber humano, a partir de discussões políticas, sociais e humanísticas.

É nesse entendimento que o presente artigo procura realizar uma análise crítica do poder e do governo dentro das instituições públicas executivas do Estado, retornando aos ideais de filósofos já existentes para que se observe a grandiosidade de suas contribuições e a aplicação destas atualmente.

Para isso buscar-se-á seguir uma sequência cronológica de filósofos, sendo os utilizados: Sófocles¹, Platão², Aristóteles³, Hobbes⁴, Montesquieu⁵ e Kant⁶.

2.1 SÓFOCLES

Importante é o breve destaque que neste artigo Sófocles é tratado como filósofo para o contexto geral deste, porém ele é considerado como poeta e escritor.

Sófocles⁷ em sua obra *Antígona*, a terceira parte da Trilogia Tebana, traz algumas concepções e críticas de governo e poder ao caracterizar o personagem Creonte, irmão de Jocasta⁸, que tomou o poder após a morte de seu cunhado, e também pai da Antígona, Édipo.

Na obra, como característica de Sófocles, ele traz como governo analisado a monarquia, e dessa forma critica Creonte pela maneira autoritária que exerce seu poder diante de seu povo, tentando demonstrar de maneira crítica e dramática que o governo não se faz pelo interesse de um único ser, mas sempre pelo interesse de todos, pois conforme ele mesmo coloca “[...] nenhum Estado pertence a um único homem!”⁹.

Após análise crítica da obra por completo percebe-se que realmente toda ela se baseia numa única defesa muito bem simplificada na frase anteriormente citada. Também em outro momento o autor afirma que para que se exerça um bom governo de um povo é necessário que tenha também poder dentro das decisões de seu lar, que o governo seria um reflexo dessas suas atitudes. “Quem tiver rigor na decisão de seus casos domésticos será também equânime no governo do Estado.”¹⁰

Ele ainda defende que os dons da inteligência não são e nem podem ser pertencentes a um único ser, devendo a humildade ser qualidade de um grande ser.

Aqueles que pensam ter sozinhos os dons da inteligência e da palavra, e um espírito superior, quando os vemos de perto mostram-se inteiramente vazios! Mesmo que nos tenhamos por muito sábios, é sempre proveitoso aprender ainda mais, e não teimar em juízos errôneos...¹¹

Apesar de a obra toda tratar da monarquia como forma de governo, acredita-se a ideia principal trazida de poder dentro do exercício do governo é muito proveitosa em qualquer forma de governo que se analisar.

A função a ser exercida por um governante com certeza se alterará conforme a forma de governo a ser analisada, contudo seu caráter e sua feição, assim como o objetivo de se estar no poder devem ser sempre idôneos, como os de humildade e pensamento de bem comum, trazidos pelo livro.

2.2 PLATÃO

Platão¹² em sua obra *A República* traz em suma a ideia de construção de uma cidade ideal, e sendo assim, dentro desta há a necessidade de governantes que sejam bons chefes, engajados da arte de governar, como diria o próprio autor.

Ao se observar essa arte de governar encontra-se o mesmo fundamento de Sófocles para o que seria um bom governante, que melhor exerceria o poder. Tal ideia se baseia fundamentalmente no contexto do bem para todos e não para si.

[...] nenhum chefe, em qualquer lugar de comando, na medida em que é chefe, examina ou prescreve o que é vantajoso a ele mesmo, mas o que o é para o seu subordinado, para o qual exerce a sua profissão, e é tendo esse homem em

atenção, e o que lhe é vantajoso e conveniente, que diz o que diz e faz tudo quanto faz.¹³

Assim é como o autor defende essa arte de governar, e a sua ideia de um bom governo no decorrer da obra, ainda coloca da necessidade da existência de um bom governante, pois como ele mesmo ratifica “[...] o maior dos castigos é ser governado por quem é pior do que nós, se não quisermos governar nós mesmos.”¹⁴

Nos livros III a VI da obra o autor traz a estrutura e a dinâmica da sociedade ideal e nesse contexto explica da formação de um governante e quais, para ele, deveriam ser suas características principais.

Para Platão um bom governante já se constrói a partir de sua passagem pela infância e toda a caminhada da vida.

[...] quem tiver sido sempre posto à prova, na infância, na juventude e na idade viril, e sair dela inalterável, deve ser posto no lugar de chefe e guardião da cidade, devem prestar-se-lhe honrarias, quer em vida, quer depois de morto, e caber-lhe-ão as mais altas distinções na sepultura e demais monumentos à sua memória. Quem assim não for, deve excluir-se. É mais ou menos esta, me parece, Glauco, a escolha e nomeação de chefes e guardiões, para me exprimir de um modo geral, e não com rigor.

Em verdade, para Platão o governante ideal seria o filósofo, o qual possui maior conhecimento e é enlaçado pela razão e não pela emoção, sentimento que cega e muitas vezes não permite a visão do todo, considerado como bem primordial. “[...] compete à razão governar, uma vez que é sábia e tem o encargo de velar pela alma toda, e não compete à cólera ser sua súdita e aliada [...]”¹⁵

Enquanto não forem, ou os filósofos reis nas cidades, ou os que agora se chamam reis e soberanos filósofos genuínos e capazes, e se dê esta coalescência do poder político com a filosofia, enquanto as numerosas naturezas que atualmente seguem um destes caminhos com exclusão do outro não forem impedidas forçosamente de o fazer, não haverá tréguas dos males, meu caro Glauco, para as cidades, nem sequer, julgo eu, para o gênero humano, nem antes disso será jamais possível e verá a luz do sol a cidade que há pouco descrevemos.¹⁶

Observa-se, então, a importância do governante dentro da cidade, ele é peça elementar para que tudo o que se idealize dentro de uma sociedade ideal possa realmente ser observado e mantido, com isso, diante de todas as características que Platão julga serem

essenciais em um governante este possui, também, incontestável importância de manutenção e equilíbrio.

2.3 ARISTÓTELES

Aristóteles¹⁷ em sua obra *Política* traz vários temas de grande importância tanto ao indivíduo quanto para a sociedade, pois ao tratar de seus temas e analisar a sociedade e a cidade considerada como ideal, acaba, assim como Platão, estabelecendo critérios de bons cidadãos, bons homens.

No Livro III da obra Aristóteles traz algumas ideias de como seria o governante ideal, em seus termos um “bom governante” para uma cidade, traz todo esse ideal após o embasamento nas teorias criadas por ele próprio de como se criaria e embasaria uma cidade.

É interessante se observar que todos os filósofos até então tratados, assim como o próprio Aristóteles, fomentam a ideia de que um bom governante é aquele que exerce seu poder em prol da sociedade, nunca pensando somente em si.

[...] os governos que têm em vista o interesse comum está constituído em conformidade com os princípios de justiça e, portanto, estruturados corretamente, mas aqueles que têm em vista apenas o interesse dos governantes são todos falhos e formas desviadas das constituições corretas, visto que são despóticos, enquanto a Cidade é uma comunidade de homens livres.¹⁸

Por ser um educador nato, Aristóteles fomenta sempre em suas obras a importância da educação, e ao tratar de um governante o tratamento não poderia se dar de outra maneira. Ele afirma que “[...] sabedoria prática é a única característica apenas do governante; todas as outras virtudes são igualmente próprias tanto ao que comanda quanto para o comandado.”¹⁹ Aristóteles ainda desenvolve discussões sobre a virtude do governante, a qualidade que ele deve possuir para tanto e o que o diferencia dos demais cidadãos.

Segundo ele a virtude da sabedoria é a do governante, seguindo até mesmo o entendimento de Platão, que afirma, como dito alhures, que o governante ideal seria o filósofo, que é munido da sabedoria e da razão. Aristóteles ainda aponta que a virtude do governado é, então, a da sinceridade em omitir sua opinião para que a sabedoria do governante se amplie e o governo se dê da melhor maneira possível.

Destaca-se aqui a diferença entre Platão e Aristóteles, pois para Platão a sabedoria filosófica seria a principal característica do governante, já Aristóteles diferencia a sabedoria filosófica da prática no Livro VI da *Ética a Nicômaco*, e defende que o governante deve possuir a sabedoria prática acima de tudo, podendo obviamente ser dotado da sabedoria filosófica, mas isso não é determinante.

Sendo assim, conforme o entendimento deste filósofo grego “[...] o bom governante é um homem bom e sensato, e que aquele que quiser ser um estadista deverá ser um homem sensato.”²⁰ Ressaltando, mais uma vez, que a educação de um governante deve ser de um tipo especial, diferente da dos demais cidadãos.

2.4 HOBBS

Thomas Hobbes²¹ escreveu sua obra *O Leviatã* em um contexto de guerra, sendo que o escreveu durante a Guerra Civil Inglesa, fazendo durante a obra referências ao cenário que a Inglaterra se encontrava, nesse sentido no livro ele se ocupa muito em demonstrar a necessidade de uma autoridade central forte para evitar o mal da discórdia e da guerra civil²², e é nesse contexto que ele faz críticas à democracia, defendendo sempre um governo centralizador²³.

O filósofo não traz a discussão de como deveria ser um bom governante, uma boa cidade, não há mais lógica fundada para que isso ocorra. A partir daqui surge o Estado e a necessidade é da regulamentação, da estipulação de como viver em sociedade e o que fazer com as relações advindas daquele. Nesse contexto surgem os contratualistas, donde se destacam Hobbes, Locke e Rousseau, todos eles afirmam como base a necessidade de existência de algo que controle o homem e suas relações, este “algo” seria o chamado contrato social, o qual todos que vivem em sociedade de maneira implícita o aderem sem a necessidade do consentimento assinado.

Hobbes foi o criador de uma das teorias do contratualismo, defendendo a necessidade da existência de um “contrato social” que ditasse o que poderia ou não ser feito pelo indivíduo, pois em sua acepção o homem é mal por natureza, e precisa de um poder maior que controle esse lado e faça com que ele se torne um ser civilizado.

[...] apesar das leis de natureza (que cada um respeita quando tem vontade de respeitá-las e quando pode fazê-lo com segurança), se não for instituído um poder suficientemente grande para nossa segurança, cada um confiará, e poderá legitimamente confiar, apenas em sua própria força e capacidade, como proteção contra todos os outros.²⁴

Hobbes defende que Estado e governo não são sinônimos, apesar de muitas pessoas os confundirem, para ele o Estado é algo maior, que independe das formas de governo, definindo-se pela soberania de seu poder fundado num contrato e legitimado juridicamente. Já o governo é algo que não diz respeito à forma jurídica do Estado e ao seu “contrato social”, ele é o exercício da soberania de um Estado, defendendo sempre que a maneira mais adequada de exercê-lo é concentradamente, e não deixando-o nas mãos da sociedade, como sugere a democracia, pois esta não possui discernimento suficiente para exercer a soberania de um Estado adequadamente.²⁵

Sendo assim, sempre defendendo sua teoria contratualista, o bom governo “[...] é aquele que se exerce de modo a promover a obediência civil, de modo a convencer os homens da importância e das vantagens de aderirem ao plano jurídico das relações civis.”²⁶. Sendo, então, o mau governo é aquele que faz justamente o contrário, semeando a desobediência e incentivando o emprego de seus poderes individuais.

2.5 MONTESQUIEU

Barão de Montesquieu, cujo nome era Charles Louis de Secondat²⁷ exerceu grande influência dentro da estruturação do Estado com a sua Teoria da Separação dos Poderes que até hoje é aplicada, tal teoria foi explanada na obra *Do espírito das leis*, escrita por volta do ano de 1748.

Como era de costume na época, Montesquieu submeteu o livro para a análise de um comitê de amigos, que o aconselharam a não efetuar a publicação, pois afirmaram que a obra era indefinida, muitas vezes vaga, carecendo de método e crítica, além de acreditarem que muitas afirmações de fato não têm fundamento e que muitas inferências são suposições. Entretanto ele não aceitou os conselhos e mesmo assim publicou o livro.²⁸

Contudo, o entendimento de muitos estudiosos é o de que esse livro mudou o pensamento do mundo ocidental, pois foi o primeiro a abordar as ciências política e jurídica como ciências de observação e levava em consideração o ambiente ao julgar a excelência das leis.²⁹

No segundo livro de tal obra, sob título “Das leis que derivam diretamente da natureza do governo”, ele traz suas ideias principais em relação ao governo, diferenciando cada tipo existente e falando da relação do povo para com o governo escolhido.

Montesquieu aponta que o povo necessita de um governante pois ele não é capaz de governar a si próprio, e que não são todos os homens capazes de serem eleitos.

Da mesma forma que a maioria dos cidadãos que têm capacidade suficiente para eleger, mas não a têm para serem eleitos, assim também o povo, que não tem capacidade suficiente para julgar a gestão de outrem, não é, no entanto, capaz de governar por si próprio.³⁰

Ele ainda defende que o voto, dentro de uma democracia deveria ser público, pois esta seria uma lei da democracia. E que o voto é algo muitas vezes traiçoeiro, pois existem parcelas da sociedade, colocadas por ele como “povo miúdo”, que devem ser esclarecidas pelas outras parcelas “principais”, pois alguns personagens seriam tidos como graves para se governar.³¹ Além do que, segundo ele, o povo só pode decidir “[...] por coisas que não pode ignorar, e por fatos que se apresentam aos seus sentidos.”³²

A desgraça de uma república sobrevém quando não há mais conluíus, e isso ocorre apenas quando se corrompe o povo por meio do dinheiro: então ele agirá com indiferença, afeiçoando-se ao dinheiro e não mais se afeiçoará aos negócios; sem se preocupar com o governo nem com o que neste se propõe, esperará tranquilamente seu salário.³³

Montesquieu não é claro ao dizer como seria o governante ideal segundo a sua concepção, mas são em comentários como estes que demonstra sua opinião, em suma ele procura sempre demonstrar a importância de um governante para com a sua cidade, e o poder que o povo possui pelo sufrágio em escolhê-los, pois sempre existirão os candidatos bons e ruins para se proporem à eleição, cabe ao povo observar atentamente suas qualidades para escolhê-los.

2.6 KANT

Immanuel Kant³⁴ em sua obra “Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita” traz algumas reflexões acerca do poder na mão dos homens e das necessidades destes estarem organizados perante um senhor que os governe, pois segundo ele “[...] o homem é um animal que, quando vive entre outros de sua espécie, tem necessidade de um senhor.”³⁵ Pois por si só ele não é capaz de obedecer à vontade universalmente válida, que seria aquela ditada pelo contrato social.

O homem precisa de alguém que quebre a sua vontade particular, de modo que todos possam ser livres.

É a necessidade que força o homem, normalmente tão afeito à liberdade sem vínculos, a entrar neste estado de coerção; e, em verdade, a maior de todas as necessidades, ou seja, aquela que os homens ocasionam uns aos outros e cujas inclinações fazem com que eles não possam viver juntos por muito tempo em liberdade selvagem.³⁶

Contudo, para ele o problema reside em que todo homem precisa de um senhor que o guie, mas este senhor, ou o governante, não é homem. Sendo assim o governante adequado deve ser adequado por si mesmo e possuir três aspectos básicos, possuir “[...] conceitos exatos da natureza de uma constituição possível, grande experiência adquirida através dos acontecimentos do mundo e, acima de tudo, uma boa vontade predisposta a aceitar essa constituição.”³⁷

Como já dito, o grande problema de um governante é ele ser homem, e muito dificilmente os três aspectos apontados acima são encontrados juntos num único homem, além de que quando isso realmente acontece já pré vieram muitas tentativas frustradas de governantes.

3 ANÁLISE CRÍTICA DE PODER E GOVERNO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS ATUAIS

Diante de todo esse retrospectivo filosófico, onde se procurou apontar as idéias principais de poder e governo para alguns dos filósofos mais influentes, pode-se observar algumas das idéias principais e básicas contidas em todos eles.

Primeiramente constata-se a necessidade de o governante ser alguém mais instruído, muitos até apontam que ele deveria possuir uma educação diferenciada da dos demais, pois é ele o responsável por todo o bem estar da sociedade e por sua manutenção.

Resgatando isso para os dias atuais observa-se que muitas vezes há a perda dessa valorização, que realmente é de suma importância. Atualmente a pessoa para estar em um cargo de poder dentro de uma instituição pública, principalmente tendo-se em vista o Poder Executivo, não necessita de muitos requisitos imediatos, e com certeza o conhecimento, a sabedoria e o uso da razão não estão entre eles. Contudo esta não deveria, em suma, ser a elite pensante? Alguém que realmente pudesse exercer a representação de um povo?

Em segunda via outra ideia que se apresentava em muitos dos entendimentos dos filósofos é a ideia altruísta de um governante. Pois ele necessariamente deveria ser alguém que pense no coletivo e não em si, independentemente da forma que o governo seria exercido.

Nos tempos atuais ao se observar manchetes de meios de comunicação esta ideia em alguns momentos se resta abandonada diante de toda a exarcebção da corrupção. Até mesmo a ideia, a confiança e a esperança no governante se restam abaladas. Nesse contexto relembra-se a afirmação de Kant de que até se encontrar um governante ideal muitos seriam os fracassos observados.

Talvez o problema estivesse na “cegueira” do povo para os negócios do governo, como apontaria Montesquieu, ou então, na falta de todos os princípios primordiais de um bom cidadão, de uma boa cidade e de uma boa sociedade, como colocaria Platão e Aristóteles.

Toda a situação atualmente vivenciada de caos em referenciais de governo é assustadora, pois é indiscutível a importância e a necessidade de um bom governante para o bem-estar de uma sociedade.

É com afincio que se afirma que nosso contrato social, o que funda a sociedade, não possui consentimento prévio e poucos são os casos que admitem discussão posterior que leve a um “reajuste contratual”, com isso mudar a concepção de inexistência deste contrato é tarefa quase que inatingível. No entanto buscar-se a pessoa que melhor irá administrá-lo é dever inerente dos contratantes, quais sejam o povo que ao contrato social se submetem.

Provavelmente o remetimento às análises filosóficas explicitaria muitas situações corriqueiras, e tais reflexões poderiam refletir numa sociedade mais justa filosoficamente ideal.

É a ignorância que veda os sentidos para a construção de algo melhor, é ela que nos faz pensar que tudo não passa de mera utopia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É muito comum a conceituação filosófica de poder e governo, em verdade é tarefa quase impossível analisar qualquer uma dessas coisas sem uma análise filosófica referencial.

A discussão de tais temas é sempre importante e atual, pois o homem tem essa natureza de organizar-se como meio de sobrevivência, e dessa união algumas são as consequências, sendo que dentre elas poder e governo estão sempre presentes.

Nunca é demais a discussão e o estudo sobre qualquer tema que seja, pois é dessa forma que a evolução é alcançada, além de ser a maneira mais eficaz de se chegar ao bem estar maior.

O governante é figura ilustre diante de sua importância para a sociedade organizada, e a idealização de um bom governante permite a sua busca de maneira consciente.

Fomentar o trabalho da psique para a evolução é tarefa de cada um. É pensando que se evolui e que enxerga com mais clareza o objetivo a ser alcançado.

NOTAS

- ¹ Obra analisada: Antígona, escrita por volta de 441 aC. (SÓFOCLES. *Édipo Rei e Antígona*. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2003.)
- ² Obra analisada: A república, escrita por volta de 380 aC.(PLATÃO. *A república*. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.)
- ³ Obra analisada: A política. (ARISTÓTELES. *Política*. Trad. Pedro Constantin Tolens. 5. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.)
- ⁴ Obra analisada: O leviatã, escrito em 1651. (HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.)

- ⁵ Obra analisada: Do espírito das leis, publicado pela primeira vez em 1748. (MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2002.)
- ⁶ Obra analisada: Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita, escrita em 1784. (KANT, Immanuel. *Idéia da história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986.)
- ⁷ **Sófocles** (497 aC – 407 aC) foi um dos mais importantes escritores de tragédia ao lado de Ésquilo e Eurípedes. Dramaturgo, suas peças retratam personagens nobres e da realeza, buscando sempre mostrar dois tipos de sofrimento: o que decorre do excesso de paixão e o que é consequência de um acontecimento acidental (destino). Segundo o Suda, uma enciclopédia criada no século X, ele teria escrito cerca de 123 obras, entretanto somente 7 restaram na íntegra.
- ⁸ “Mãe-avó” de Antígona, bem caracterizada e explicada em sua outra obra “Édipo Rei”.
- ⁹ SÓFOCLES. *Édipo Rei e Antígona*. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 105.
- ¹⁰ SÓFOCLES. *Édipo Rei e Antígona*. 2003, p. 103.
- ¹¹ SÓFOCLES. *Édipo Rei e Antígona*. 2003, p. 104.
- ¹² **Platão** (428 aC – 347 aC) foi um filósofo e matemático do período clássico da Grécia Antiga, autor de diversos diálogos filosóficos e fundador da Academia em Atenas, a primeira instituição de educação superior do mundo ocidental. Juntamente com seu mentor, Sócrates, e seu pupilo, Aristóteles, Platão ajudou a construir os alicerces da filosofia natural, da ciência e da filosofia ocidental.
- ¹³ PLATÃO. *A república*. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 30.
- ¹⁴ PLATÃO. *A república*. 2003, p. 34.
- ¹⁵ PLATÃO. *A república*. 2003, p. 138.
- ¹⁶ PLATÃO. *A república*. 2003, p. 170.
- ¹⁷ **Aristóteles** (384 aC – 322 aC) nasceu e cresceu na periferia da Grécia, saindo de casa aos 17 anos para estudar no centro da cultura grega, onde se tornou discípulo de Platão. Fundou uma escola em Assos onde lecionou durante três anos. Foi convidado para ser o preceptor do príncipe herdeiro Alexandre, conhecido como Alexandre, o Grande, até este se tornar rei. Aristóteles projetou um modo de vida erudito para alunos e professores, montou uma biblioteca e um museu e atraiu muitos discípulos. Seu método de ensino era diferenciado do aplicado na época, ele gostava de ensinar de maneira informal em passeios através dos jardins do Liceu. Era um estudioso muito amplo, sendo seus estudos deram origem ou foram marcos importantes para diversas disciplinas, como a lógica, a biologia, a psicologia, a estética, a política e a ética. (*in*: MORRIS, Clarence (org.) *Os grandes filósofos do direito: leituras escolhidas em direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 5-6)
- ¹⁸ ARISTÓTELES. *Política*. Trad. Pedro Constantin Tolens. 5. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009, p. 124.
- ¹⁹ ARISTÓTELES. *Política*. 2009, p. 120.
- ²⁰ ARISTÓTELES. *Política*. 2009, p. 118.

- 21 **Thomas Hobbes** (1588 – 1679), criador de uma das teorias do contratualismo, foi um matemático, teórico político, e filósofo inglês, que passou a maior parte de seus dias de escola aprendendo latim e grego. Aos 15 anos foi estudar em Oxford, onde passava a maior parte de seu tempo dentro da biblioteca fazendo estudos extracurriculares de mapas e cartas. Ele incorporou métodos rigorosos de demonstração em geometria e física do movimento num sistema filosófico básico, que aperfeiçoou pelo resto da vida. Em relação ao governo demonstrava muito desagrado pela democracia e preferência por um governante único. Hobbes, com um bom filósofo, foi um estudioso completo de tudo que lia e gostava de dizer que se tivesse lido o mesmo que os outros homens instruídos, teria sido igualmente ignorante. (*in*: MORRIS, Clarence (org.) *Os grandes filósofos do direito: leituras escolhidas em direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 102-104.)
- 22 MORRIS, Clarence (org.) *Os grandes filósofos do direito: leituras escolhidas em direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 103.
- 23 “[...] o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária (conforme se mostrou) das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito àquelas leis de natureza [...]” (*in*: HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, cap. XVII)
- 24 HOBBS, Thomas. *Leviatã*. 1980, cap. XVII.
- 25 LIMONGI, Maria Isabel. *Hobbes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 54.
- 26 LIMONGI, Maria Isabel. *Hobbes*. 2002, p. 56.
- 27 **Montesquieu** (1689-1755) foi um político, filósofo e escritor francês que ficou famoso pela sua Teoria da Separação dos Poderes, atualmente consagrada em muitas das modernas constituições internacionais. Passou o início de sua infância na propriedade da família no sudoeste da França, sendo que aos 11 foi enviado ao norte para estudar no colégio dos Padres de Oração, onde foi pupilo capaz e ávido durante onze anos. Quando seu pai morreu o barão de Montesquieu, seu tio, tornou-se seu “guardião”, adotando-o e transformando-o como seu herdeiro e protegido. Após a morte do barão, Charles herdou a propriedade e assumiu o nome de Montesquieu. Acredita-se que ele tenha escrito muitos discursos para apresentar na Academia, mas a maioria desses escritos se perdeu. Mais da metade de seu tempo no exterior ele passou na Inglaterra, cujas maneiras admirava especialmente. Após toda a sua perambulação pelo exterior ele escreveu que “A Alemanha foi feita para nela se viajar, a Itália para nela se descansar, a Inglaterra para se pensar e a França para se viver”. Os três livros que escreveu e que tiveram maior importância foram: “Cartas persas”; “Causas da ascensão e queda de Roma” e “O espírito das leis”. (*in*: MORRIS, Clarence (org.) *Os grandes filósofos do direito: leituras escolhidas em direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 156-158)
- 28 MORRIS, Clarence (org.) *Os grandes filósofos do direito: leituras escolhidas em direito*. 2002, p. 157
- 29 MORRIS, Clarence (org.) *Os grandes filósofos do direito: leituras escolhidas em direito*. 2002, p. 157.
- 30 MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 25.
- 31 MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. 2002, p. 27.
- 32 MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. 2002, p. 24.
- 33 MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. 2002, p. 27.

- ³⁴ **Kant** (1724 – 1804) era um homem pequeno e de cabeça grande, de compleição disforme e saúde frágil que nasceu, viveu e morreu em Königsberg, na Prússia Oriental. Viveu no mesmo local provinciano durante todos os seus oitenta anos, adotando para si um regime espartano. No entanto, escreveu uma filosofia original. Reconheceu a dignidade inerente ao homem enquanto a América colonial tolerava a escravidão, e converteu a Regra de Ouro num Imperativo Categórico, condenando desvios das idéias do protagonista de uma legislação universal própria. O pastor da família, percebendo em Immanuel uma promessa que os outros ignoravam, ajudou-o a ingressar no ginásio de Königsberg, onde era reitor. Depois que terminou seu trabalho de graduação, aos vinte anos, Kant escreveu seu primeiro livro - uma obra sobre física e matemática, que na época recebeu pouca atenção e hoje nenhuma. No final desse período como preceptor, publicou obras sobre astronomia e geologia. No começo de uma série de conferências, era com estas palavras que ele provavelmente declarava suas metas pedagógicas: 'Não ensino para gênios, pois sendo estes tão bem dotados abrirão seu caminho por conta própria; nem para estúpidos, porque não valem a pena; mas ensino em benefício daqueles que se encontram entre essas duas classes e querem estar preparados para o seu futuro trabalho.' Kant tentava ensinar seus alunos a pensar e muitas vezes dizia que não pensaria por eles. Quando estava perto dos sessenta anos, mudou-se pela primeira vez para uma casa própria, nela, recebia de dois a cinco convidados no almoço, todos os dias, oferecia-lhes comida simples e conversa profunda. As mulheres não eram convidadas; Kant achava que o saber não ficava bem nas damas e que elas careciam de talento para a conversa séria. Na meia-idade, seus interesses filosóficos eram inteiramente egocêntricos; prestava pouca atenção aos sistemas dos filósofos contemporâneos e nem se dava ao trabalho de olhar as críticas à sua obra. As primeiras obras de Kant eram claras e até fluentes, mas a *Crítica* era prolixa e obscura. Numa carta a um amigo, Kant disse que, embora o livro fosse o produto de mais de doze anos de pensamento, ele o escrevera por extenso em grande estado de excitação durante quatro ou cinco meses, sem nenhuma atenção para com o estilo e nenhum esforço para lisonjear o gosto dos leitores. Era velho demais, disse, para executar um trabalho extenso de escrita e, ao mesmo tempo, com a lima na mão, arredondar cada parte, deixando-a lisa e graciosa. (in: MORRIS, Clarence (org.) *Os grandes filósofos do direito: leituras escolhidas em direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 235 – 237).
- ³⁵ KANT, Immanuel. *Idéia da história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 15.
- ³⁶ KANT, Immanuel. *Idéia da história universal de um ponto de vista cosmopolita*. 1986, p. 15.
- ³⁷ KANT, Immanuel. *Idéia da história universal de um ponto de vista cosmopolita*. 1986, p. 16.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Política*. Trad. Pedro Constantin Tolens. 5. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- KANT, Immanuel. *Idéia da história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LIMONGI, Maria Isabel. *Hobbes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MORRIS, Clarence (org.) *Os grandes filósofos do direito: leituras escolhidas em direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PLATÃO. *A república*. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

SÓFOCLES. *Édipo Rei e Antígona*. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2003.